



Red
Ecclesia
in America

Teología y Política



CÁTEDRA
CARLO MARIA MARTINI

Cuaderno Red Ecclesia in America
2022, Año 2, nº 8

presentación

Hoy no hay nada más axiomático para el buen vivir de nuestros pueblos como lo del vínculo justo entre fe y política. Hay que rechazar un populismo de la derecha que quiere manipular el poder carismático de un líder cristiano para decelerar procesos democráticos. La evasión de la justicia bíblica y eclesial por voces seculares de la izquierda tampoco ayuda la democracia. En este cuaderno tenemos el gran don de cuatro aportes distintos y importantes desde Brasil, los EE.UU., y Chile. Dr. Paulo Fernando Carneiro de Andrade investiga la diferencia y la relación entre la tradición tomista que promueve la política como una ética y la tradición agostiniana y neoagostiniana que promueve la teología política escatológica. Según él, la política cristiana mantiene una dimensión personal y una dimensión explícitamente social. Muy importante para él es el desenmascarar de las estructuras de pecado en la economía y vida social. Dr. Luke Bretherton ofrece una visión de la política como un bien moral que considera no solo el arte de gobernanza (el llamado “statecraft”) sino también las formas diversas de diálogo y encuentro que se evidencian en lo cotidiano de comunidades locales. Sr. Martín Raúl Aguilera Valdés y Dra. Sandra Arenas nos reportan sobre y a partir de las manifestaciones del estallido social en Chile que comenzaron en 2019.

Las ponencias que constituyen el fundamento de estos artículos fueron presentadas el 6 de abril del año 2022. Nuevas realidades políticas nos presentan ahora mismo, por ejemplo, en Chile, Brasil, y Colombia. La política es siempre la corriente de un río que nunca se queda la misma. De todas formas, las iluminaciones presentadas acá no son de ninguna manera efímeras. Este cuaderno indaga y prepara una apertura a preguntas y perspectivas fundamentales sobre el frágil bien común de nuestra América.

Maria Clara Bingemer
PUC-Rio

Peter Casarella
Duke University

sumário

Os cristãos e a política _____ **05**

Recovering a vision for politics as a moral good _____ **12**

Relato testimonial estallido social 18º 2019 _____ **17**



Os cristãos e a política

Paulo Fernando Carneiro de Andrade

PUC-Rio

Iniciamos aqui com uma observação de fundo: adquirimos na Igreja latino-americana, de modo especial na Igreja do Brasil, uma consciência relativamente forte não só da oportunidade, mas até mesmo da necessidade do engajamento político cristão, decorrente de sua fé, inclusive na prática da política partidária. Esta consciência, entretanto, só é clara quando se trata da política co sentido amplo, abrangente; quando se trata da ação político partidária temos ainda grande dificuldade. Devemos, neste contexto, recordar uma distinção freqüentemente repetida nos meios eclesiais entre política com “p maiúsculo” (designando política em sentido amplo) e aquela com “p minúsculo” (política partidária). Esta distinção traz quase sempre implícita uma desvalorização da política partidária, tida como coisa menos nobre, talvez até mesmo um pouco “suja”, que pode contaminar. Disputas movidas pela ambição, paixão e desejo de poder.

Cabe então aprofundar aqui se as motivações da ordem da fé cristã para o agir político a fim de superar a dicotomia entre política em sentido amplo e política partidária.

- A ação política como ação ética e escatológica

Note-se que refletiremos aqui sobre a relação entre fé cristã e a política entendida aqui em sentido amplo, como o agir dos homens e das mulheres em uma determinada sociedade, enquanto este agir tenha uma dimensão pública e se relacione com as estruturas econômicas e de poder, o que inclui a atuação dos movimentos sociais e também a ação político partidária, através da qual se busca estabelecer modelos de sociedade e exercer o governo do Estado.

Em outras palavras, a pergunta que está por trás deste momento de nossa reflexão é a seguinte: qual a relação que existe ou deve existir entre a fé cristã e a realidade social, econômica e política? Ou ainda mais precisamente: a fé cristã tem algo a ver com a realidade social, econômica

e política na qual se vive e que hoje vem marcada pela busca da criação de estruturas democráticas de poder, seja através da ação político partidária, seja através dos movimentos sociais?

Uma observação deve ser feita. Embora possa parecer estranho, só recentemente na história da Igreja, isto é, praticamente só há menos de um século, é que começa a ser colocada a questão da legitimidade da articulação entre fé e política. Durante séculos pareceu aos cristãos tão natural que sua fé tivesse uma dimensão social e política que não se colocava a pertinência da questão da legitimidade a relação fé e política. Foram o racionalismo e o liberalismo que decretaram a autonomia absoluta das duas esferas – a da fé e a da política – desarticulando aquilo que deve estar articulado.

Criou-se assim ou uma fé sem eficácia social, restrita ao nível das práticas privadas ou uma fé ingênua, tantas vezes utilizada, instrumentalizada para fins políticos e subordinada a estes. Deste mesmo modo criou-se também uma política desligada do transcendente e dos valores éticos, onde o poder se tornou tantas vezes algo a ser conquistado para ser usado em benefício próprio ou de um pequeno grupo e não para o bem comum. Deve-se observar que uma política desligada dos valores éticos, a própria noção de bem se torna ambígua.

Entretanto, o fato de só recentemente colocar-se a questão da legitimidade da relação entre fé e política não significa que ao longo da história da Teologia não tenha havido uma reflexão e um debate sobre como deveria se dar esta relação. De fato, desde a Patrística até hoje, faz-se presente dentro da Igreja a reflexão teológica sobre a articulação entre fé e política, podendo ser encontrados dois grandes paradigmas desta longa tradição.

O primeiro, que na antiguidade clássica encontra-se em Aristóteles e na tradição cristã é bem representado na teologia tomista, é aquele no qual a articulação entre fé e política se faz através da ética. A política seria um meio para o cristão exercer as exigências éticas de sua fé. O perigo é que, nesta articulação, a política seja vista apenas como uma opção entre outras que se encontram à disposição do indivíduo para que este expresse seus valores cristãos. Neste caso se daria algo assim: se eu me interessar pela política, devo exercê-la a partir dos valores cristãos, sendo que então para mim a política é um meio de exercitar os valores do evangelho e de tornar o mundo melhor para meus irmãos; uma espécie de caridade social de grande porte que é compreendida como não tendo relação com o anúncio ou a realização do Reino e Deus.

Um outro paradigma, mais antigo, que se encontra em parte em Agostinho e no agostinismo medieval, busca articular Fé e Política através da Escatologia. Aqui, a ação política

não é somente um imperativo ético entre outros, mas é uma forma de construir no mundo estruturas sociais e econômicas que sendo justas aproximam mais este mundo do Reino Definitivo, ainda que de modo provisório e relativo.

Este modelo parte do reconhecimento de que existem no mundo estruturas sociais e econômicas que podem ser chamadas de “estruturas de pecado” como reconheceu João Paulo II (SrS § 36; CA § 38) e mais recentemente tornou-se um tema fundamental no Magistério Social do Papa Francisco (EG 176-185; LS 106-114).

No dia da Epifania do Senhor, 6 de janeiro de 2018, dois importantes organismos da Santa Sé, a Congregação para a Doutrina da Fé e o novo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral publicaram conjuntamente um Documento, previamente aprovado oficialmente pelo Papa Francisco, de importância fundamental sobre o atual sistema econômico-financeiro, no qual mais uma vez, se expressa o novo paradigma da Doutrina Social da Igreja do Pontificado de Francisco (*Oeconomicae et Pecuniarie Quaestiones. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro*). O Documento é dividido em três partes: uma “introdução” seguida de algumas “considerações elementares de fundo” e de “algumas pontualizações no contexto contemporâneo”. Aqui nos deteremos nas duas primeiras partes.

Em primeiro lugar, deve ser destacado algo que sempre foi muito importante para a Teologia da Liberação e que nele encontra plena acolhida, acompanhando o espírito do Concílio Vaticano II (LG 8). A boa nova da salvação revelada em Cristo e por Cristo não diz respeito apenas às pessoas humanas, mas a toda a Criação. Isto é, Deus não oferece sua redenção apenas às pessoas, mas a todas as criaturas, ao mundo e suas estruturas:

Nesta integralidade do bem, cuja origem e cumprimento últimos estão em Deus e que plenamente revelou-se em Jesus Cristo, recapitulador de todas as coisas [Ef1,10], consiste o objetivo último de cada atividade eclesial. Tal bem floresce como antecipação do Reino de Deus que a Igreja é chamada a anunciar e instaurar em cada âmbito da iniciativa humana (OPQ 2).

Por isso, segundo o Documento: “o amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade que toca não só as relações entre indivíduos, mas também às macrorrelações como relações sociais, econômicas, políticas” (OPQ 2;4).

Aqui é preciso ter presente uma distinção fundamental que sempre esteve presente em nossa teologia e pastoral latino-americana: a diferença entre relacionamento social (relação entre indivíduos) e relações sociais (relações estruturais, consolidadas em leis, códigos, hábitos e



sancionadas culturalmente). Para melhor entender esta diferença, um exemplo. Na época da escravidão, o relacionamento pessoal entre o senhor de escravo e seu escravo podia ser mais bondoso ou cruel; aquele podia tratar melhor seu escravo, com mais cuidado ou podia impor trabalhos mais exaustivos e castigos terríveis. Ser bondoso ou cruel, embora fosse importante para a sobrevivência do próprio escravo, não alterava, entretanto, a relação estrutural, legalmente sancionada, entre o senhor e o escravo (relação social). O senhor continuava, do mesmo modo, a ser proprietário de um outro ser humano (o escravo), reduzido a uma coisa que podia ser comprada e vendida, usada pelo senhor segundo sua vontade para satisfazer suas necessidades. Neste caso, não basta o apelo ao coração para que senhores tenham um bom relacionamento com seus escravos, tratando-os bem. É necessário mudar as leis, as estruturas sociais e econômicas, abolir a escravidão, contra os interesses objetivos daqueles que vivem da escravidão. A missão da Igreja não pode ser reduzida à conversão dos corações. A missão fundamental da Igreja, o anúncio do Reino de Deus por palavras e gestos, necessariamente inclui a ação pela mudança das estruturas e das relações sociais, econômicas e financeiras.

Hoje vivemos em uma economia globalizada onde um mercado soberano, que rejeita qualquer regulação, reduz todos os indivíduos a consumidores e onde “não é possível ignorar que hoje a indústria financeira por causa de sua difusão e de sua inevitável capacidade de condicionar, em certo sentido de dominar a economia real é um lugar onde os egoísmos e as imposições violentas têm um potencial de causar danos à coletividade”.

Devemos então afirmar que embora tais estruturas se formem a partir do agir humano, nem sempre podemos encontrar na origem destas estruturas decisões livres e conscientes. Na maioria das vezes estas estruturas se formam a partir de pequenas ações e decisões, anônimas e coletivas, desconhecendo seus autores o fato de estarem contribuindo para a consolidação ou formação de uma nova estrutura social e econômica. Acontece que tais estruturas formadas desde modo podem estar sendo não um instrumento de criação de vida, mas de morte. São verdadeiras “estruturas de pecado”. Estas não só impedem a plena realização daqueles que vivem oprimidos por elas (CA 38b), assim como também, enquanto condicionam o comportamento dos homens, são fontes de pecados mesmo individuais, (SrS 36b). Ao oferecer um ambiente onde muitas vezes a opressão é legitimada culturalmente e até mesmo torna-se legalizada através de leis que não visam ao justo ou ao bem comum, mas ao bem de uns poucos ou onde a corrupção não só não é reprimida, mas incentivada, tais estruturas acabam por criar situações de pecado onde a

consciência acerca do bem e do mal vem enfraquecida e a noção de bem comum torna-se opaca. Neste contexto, fazer o bem e evitar o mal se torna objetivamente dificultado, ainda que a destruição destas estruturas não livrem os homens e as mulheres da contínua opção a que são chamados a fazer em cada momento de suas vidas pelo bem.

As “estruturas de pecado” são a presença daquilo que pode ser chamado de “mal objetivo” no coração do mundo e enquanto tal constituem um anti-sinal do Reino, e seu contrário. A superação destas estruturas coloca-se então como um imperativo evangélico. O cristão incorporado à Igreja pelo batismo é chamado a ser testemunho e proclamador da Boa Nova de Jesus de Nazaré. Em função mesmo do batismo recebido deve anunciar o Reino de Deus, procurando sua realização no aqui e agora da história, mesmo sabendo que estas realizações históricas do Reino de Deus serão sempre parciais e provisórias. Nenhuma sociedade pode se considerar a realização total do Reino. Sua realização plena será o ato definitivo e totalmente livre de Deus, com o qual Ele encerrará nossa história levando e elevando todo o Criado a seu fim último. Só então o joio será separado da boa semente (Mt 13,24-30). A presença do Reino na história sem ser da história é como que antecipações sacramentais do Reino Definitivo e enquanto tais aproximam nosso tempo dos tempos últimos.

Quando as “estruturas de pecado” que encontramos no mundo são destruídas e substituídas por formas de convivência de mais autênticas, numa tarefa que requer calma e paciência, (CA 38b), então podemos dizer que, tendo diminuído a presença do mal objetivo no mundo, o Reino de Deus se faz mais presente, ainda que de forma sacramental e tantas vezes anônima como um tesouro oculto (Mt 13, 44-46) ou como o grão de mostarda ou o fermento que misturado à massa a fermenta (Lc 13,18-21) ou ainda como na resposta dada por Jesus aos fariseus quando perguntado sobre quando viria o Reino de Deus (Lc 13,18-21) ou ainda como na resposta dada por Jesus aos fariseus quando perguntado sobre quando viria o Reino de Deus (Lc 17,20-21).

Ainda que não saibamos ou não tenhamos consciência disto, por trás de qualquer ação bem-sucedida que leve à transformação ou à substituição de “estruturas de pecado” por estruturas mais justas está presente a Graça de Deus, que agindo através da mediação das ações humanas traz o Reino ao mundo (CA 59a). Na história são oferecidas ocasiões à liberdade humana para que possa colaborar com o desígnio misericordioso de Deus que age na história, (CA 26a). A esta tarefa são chamados não só os cristãos, mas todos os homens e mulheres de boa vontade.

Os dois paradigmas aqui descritos podem ser articulados. Por um lado, o cristão é chamado a participar da vida social, econômica e política, local e internacional, agindo segundo os valores éticos evangélicos a fim de promover um maior desenvolvimento e bem-estar em geral, procurando assim o bem de todos. De outro, principalmente em contextos de injustiça estrutural, é chamado a promover a mudança de tais estruturas buscando substituí-las por estruturas mais justas, tendo a consciência de que neste caso seu agir provoca uma mudança na realidade do mundo de tal modo que com o auxílio da Graça o Reino de Deus se faz sacramentalmente mais presente e diminui a distância, ainda que de modo frágil e reversível, entre nossa realidade e o “novo céu e a nova terra”. Temos assim que o agir político possui uma dimensão ética e escatológica que o torna constitutivo da ação evangelizadora.

Neste contexto, deve-se ter presente que o agir político possui múltiplas dimensões. Nas sociedades democráticas contemporâneas, uma destas dimensões é a político partidária. Através dela pessoas e grupos sociais associados em partidos políticos constroem e defendem projetos para a gestão de estado e organização da sociedade, propondo-se também a representar o interesse de diversos grupos e classes, candidatando-se a serem eleitos pelo voto para funções legislativas e executivas.

Esta dimensão do agir político é hoje, nas sociedades democráticas ocidentais, imprescindível, embora apareçam também claros seus limites e a necessidade de que a seu lado se fortaleçam outras dimensões do agir político, que possam expressar as necessidades dos diversos grupos sociais, assim como permitir que estes intervenham na própria gestão da coisa pública, sem, contudo, ter seja um projeto global para a organização do Estado, seja mesmo a responsabilidade direta pela sua administração. Cresce, neste sentido, a importância dos chamados Movimentos Populares, das Organizações Não Governamentais, de movimentos e campanhas não partidárias como o da “Ética na Política” ou a “Campanha contra a Fome”. Estas outras dimensões do agir político não podem, entretanto, no atual modelo de Estado e Sociedade, substituir o agir político partidário. As atuais democracias têm por base o agir político partidário, de tal modo que sua supressão significaria hoje, inevitavelmente, cair no autoritarismo e totalitarismo. Observamos, entretanto, que não podemos excluir que no futuro, o próprio aperfeiçoamento dos processos de participação democrático possa levar a outras formas de constituição do Estado, onde a política partidária tal como hoje seja superada.

Assim sendo, o agir político partidário, não é para o cristão de hoje algo que pode ser evitado. Antes pelo contrário, sendo atualmente a participação dos processos políticos partidários fundamentalmente mais próximo do Reino, é ela um imperativo. Neste sentido deve-se superar qualquer dicotomia entre política no sentido mais amplo e política partidária. Tanto uma como outra são política com “p” maiúsculo.

Recovering a vision for politics as a moral good

Luke Bretherton
Duke Divinity School, Durham, North Carolina
St. Mellitus College London

I have taught Latin American and Latinx theologians in my courses on moral and political theology for over fifteen years or more. For all that I have learnt from these vital contributions one of the things that strikes me is the almost complete absence of a formal account of politics as a moral and existential good. It is also I might add absent from any encyclical as far as I am aware. That is an odd claim given the centrality of politics to Latin American and Latinx political theology and the various accounts of the role of the state and civil society in Catholic social teaching. So let me explain.

Politics embodies the recognition that some kind of common life with others must be cultivated and sustained over time if life is to go on. Politics is the name for generating this common life and the stark alternative to three other options. When I meet someone I disagree with, dislike, find strange or threatening, I can do one of four things. I can kill them. I can create a structure of coercion so I can control them. I can make life so difficult that they run away. Or I can do politics. That is to say, I can form, norm, and sustain some kind of common life amid asymmetries of power, competing visions of the good, and my own feelings of fear or aversion without killing, coercing, or causing them to flee. These really are the only options. Human history and the contemporary context of the Americas are awash with examples of the first three options. Faithful Christians should be invested in the fourth one for both theological and practical reasons

Just as medicine serves the moral good of health, so politics serves a moral good: the good of association. It is through politics that we build up a shared world of meaning and action that makes for thriving forms of life together. Association is both an intrinsic good and a means through which to fulfill other substantive common goods, such as health and education. A key dimension of association as a good is that it represents what is common or shared by all. Other

terms for this common life include the “commonwealth,” “commonweal,” “public life,” or *res publica*. To build up this common good, politics is directed to the flourishing of the whole rather than the part, the common rather than either a factional or private interest. When political life serves only the interests of the one, the few, or even the many rather than what is common or shared, then politics is corrupted into a form of tyranny such as a plutocracy, oligarchy, or majoritarianism (as exemplified in contemporary nationalisms). Politics is also corrupted when it is viewed in individualistic terms such as in utilitarian accounts that reduce it to seeking the greatest good for the greatest number. Politics is not about simply aggregating individual choices into a collective interest. This is to reduce humans to utility maximizers rather than persons who come to be in and through specific kinds of relationship with others (as mothers, brothers, citizens, nurses, etc.) that entail particular qualities of relationship if they are to go well. To be a political animal is not to be an individual contractor. Rather, it is to come to be through relations with these people, in this place, at this time through the pursuit of shared goods on which the flourishing of each depends.

To be sustained over time and at scale, politics requires institutional forms that enable the pursuit of common goods. These institutions (and the rules and procedures that help constitute them) take the form of laws, constitutions, the means of governance (e.g., bureaucracy), and electoral systems. As a name for the institutions of a polity, politics is a synonym for statecraft (*arte de gobernar?* *Governanza?*): that is, the exercise of sovereignty and governance through the management of and competition for control of state apparatus. At its best, statecraft is an instrumental and functional good that helps to order and maintain a common life. Failure to serve the good of association and instead make the state an end in itself means statecraft is disordered and oppressive, thereby rendering life unlivable for many.

Statecraft includes formal, institutional practices for sustaining commonality amid difference. But statecraft does not exhaust the ways and means of doing politics. Alongside statecraft, politics also refers to the informal, relational practices through which a common world is cultivated. Politics as an informal, relational craft takes place in multiple settings and is not coextensive with control of the state or even dependent on there being a state. Nomads in the desert outside of any formal state structures still generate a rich form of political life through customary practices of hospitality, greeting, etc., through which they sustain a common life based on shared goods (e.g., access to water). Elders and pastors negotiating changing service times in a church are

practicing the craft of politics. Board room negotiations without recourse to litigation are a form of politics. Neighbors sorting out complaints about noise between themselves without calling the police are likewise doing politics in this informal dimension.

Politics as a craft for building relationships and making judgments about what is common entails acting in a way appropriate to the time/kairos. Hence it entails the need for prudential judgments about what is best in a particular situation: How, when, and where should we act and what should we do? And as action in time, politics involves questions of power, and so requires answering questions about how to act, who does what to whom, and how to achieve our goals. This, in turn, raises questions about legitimacy: Why should we act this way rather than that way, who gets to act, and what is the meaning and purpose of our actions? And finally, politics involves wily wisdom: the local knowledge, strategic analysis, and practical skills necessary to respond appropriately to a constantly changing and ambiguous environment.

The account of politics outlined here suggests that politics is categorically not war by other means. The bullet and the ballot box are mutually exclusive routes to solving shared problems. At a basic level, politics as a moral good is the alternative to unrestrained violence and cycles of revenge. Politics entails a commitment to conditions in which worlds of shared meaning and action can be created or sustained. By contrast, the proactive use of physical violence—beatings, kidnapping, torture, bombing, and the like by state and nonstate actors—represents the destruction of the institutions, customs, practices, and habits that enable communication and reciprocal relationship. Consequently, it is inappropriate to use “politics” as a synonym for talk of power understood as a wholly negative and coercive phenomenon.

However, as I already mentioned, politics does necessarily involve power, defined as the ability to act. At its most basic, political power takes the form of either relational power (power with), or unilateral power (power over), or some combination of both.

Statecraft primarily deploys unilateral, command and control forms of power, whereas politics as an informal craft depends on relational power. Both can be used to oppressive ends. However, attention to relational power foregrounds agency, while focusing on unilateral power directs attention to structures and systems. Attending to the ordinary ways people are able to relate to and act with each other is important because otherwise there is little to say other than wolves eat sheep, power corrupts, and the strong triumph over the weak. Overly deterministic accounts of unilateral, “command-obedience” conceptions of power and the domination of structural forces

such as capitalism and racism do not allow for the kinds of individual and communal agency that can enable social movements and other forms of political action to bring about change. Through ends-oriented and conscious action in concert, the structurally weak can resist the unilateral power of money and the state in order to establish goods in common. In the US, the early labor and civil rights movements are paradigmatic examples of such relational power in action, and both depended on traditions of popular piety such as those found in Black-led churches, Methodism, and Roman Catholicism. A faithful politics does not renounce power, it converts it. Power redeemed is power shared and reconfigured so that each person's agency and gifts might be exercised to bring blessings to all. It would be interesting to think through what kinds of power Latin American and Latinx theology tend to focus on.

There is a key divide in theological reflection on politics as to whether political life is understood as a post-Fall development or whether it is an original part of creation (a division often mistakenly attributed to a difference between Augustine and Aquinas). If the former, the need for politics is a symptom of the introduction of sin into creation; if the latter, politics is a good in itself rather than at best a providential good that inhibits things getting worse. A lot follows from this division. If the former, political authority and political life are primarily about restraining evil. If the latter, politics is part of human flourishing, even though, after the Fall, it is caught up in and manifests idolatrous and sinful patterns.

I split the difference. Politics is a creational good, the goal of which is cultivating shalom like forms of common life that, post-Fall, should seek to restore and repair the goodness of creaturely life and bear witness to the coming kingdom of God. Statecraft, which necessitates the use of coercive, unilateral power, is a postlapsarian endeavor that at its best inhibits evil. Inhibiting evil is not, however, only a negative act of restraint. It includes enabling a common life to be so ordered that it can be sustained over time through such measures as providing infrastructure, education, healthcare and other penultimate, public goods. That said, if our common life is to be just and loving, then something more than statecraft is needed. That "something more" is a rich and diverse associational life joined through craft of politics. The church is a key part of this life.

Let me stop there and conclude by saying that my account of politics here is not meant as a critique of either Latin American or Latinx liberation theologies (or Catholic social teaching). I think it is a supplement that draws out what is tacitly already there. My aim is to open up ways of addressing an existential question: how to recover and enact a vision of politics sketched here in

the face of both the rise of anti-democratic social movements on the one hand and the disdain of technocratic elites for forms informal, democratic politics on the other. But to do this what is tacit must be explicit. We desperately need to preach an account of politics as a moral good if we are to call Christians to actively engage in forming a common life with others without killing, coercing, or causing them to flee.

Relato testimonial estallido social 18° 2019

Martín Raúl Aguilera Valdés
Boston College

A continuación, realizaré un relato de mi experiencia personal del estallido social, o revuelta, iniciada el 18 de octubre del 2019 en Chile. Aquello que voy a narrar está determinado por el lugar en dónde residía en Santiago, por mi origen socioeconómico y mi tradición religiosa. Claramente, mi testimonio tiene un horizonte particular y no sirve para hacerse una imagen general de lo que significó y significa este proceso. No obstante, espero que con mis palabras logren hacer presente algunos aspectos de lo que se está discutiendo. Utilizaré como ilustración de lo que voy contando imágenes de autoría propia. Por último, les pido escuchar con el juicio moral abierto a entender y no a juzgar de manera previa. Así, espero lograr compartir con ustedes los hechos como vivencias. Me disculpo de antemano por la emoción.

1. Así inició todo. Una manifestación contra el alza del precio del boleto de metro, que se encamina a la entrada de la estación San Joaquín y que termina con los torniquetes destrozados. La consigna inicial era “evadir, no pagar, nueva forma de luchar” o algo así cantábamos.
2. Ese mismo día, el resultado fue el siguiente. Dada la evasión se cerraron las estaciones de metro, por lo que la gente tuvo que caminar para llegar a sus hogares. Eso resultó en histeria general. Comenzó la explosión de rabia. Esta fue la gota que rebalsó el vaso.
3. Esta fue la respuesta. A la violencia de los desmanes y manifestaciones se respondió con fuerte represión.
4. Al día siguiente, comenzó una larga semana de manifestaciones. Como que algo se encendió ese día. La gente se encontró en la calle, se encontró entre ella. Eso llevó a lo que se han denominado “manifestaciones autoconvocadas”. Que es la tónica de la revuelta. En fin, este “encuentro”, proliferó en protestas largas y muy fuertes. Comenzaron los saqueos

enfocados a las grandes empresas. Lo que había en la gente era simplemente robar a los que nos venían robando impunemente desde hace tiempo.

5. Esta es una imagen que circuló en redes sociales esos días indicando los montos de la corrupción.
6. Todos los días era un círculo vicioso. Las manifestaciones comenzaban pacíficas, pero las fuerzas del orden intentaban dispersar las manifestaciones con medidas represivas. Esto iniciaba una cadena de agresión que no termina aún.
7. Comenzaron los heridos. Comenzó la desesperación. Yo participé en las primeras semanas de las manifestaciones pacíficas. Y, a pesar de ser un definido pacifista previamente, terminé del lado de la violencia. El lema era protegernos, era no permitir que se acallara la manifestación. No nos van a callar decíamos. “Chile despertó”.
8. Las protestas se volvieron cada vez más grandes. La gente de comenzó a convencer y a organizar. Sin embargo... así mismo también escalaba la violencia, el odio.
9. Todo tomó color fuego y humo. A mucha gente le pasó como a mi. Sin darnos cuenta, entramos en una dinámica de violencia, de odio... Con ello, la destrucción.
10. Los heridos y muertos aumentaron. Llegó el estado de excepción y, sin embargo, la rabia no cesó. Las protestas continuaron. La gente comenzó a llegar protegida a protestar. Con escudos, lentes. Con material para protegerse a sí misma y a otros del gas lacrimógeno, los balines, etc.
11. Los peores momentos eran en la oscuridad de la noche. Era tierra de nadie.
12. Aquí comienzo el relato de mi propia experiencia y opción. Durante el estallido los y las estudiantes de teología decidimos organizarnos para participar, motivados por no querer quedarnos afuera. Entonces, en una reunión en CONFERRE, surgió el movimiento Paz de Justicia que, mediante la manifestación no violenta, busca unirse a la protesta. Esta consigna surge a partir de múltiples llamadas a la paz. Estaba claro “sin justicia no habrá paz”. En un inicio participaba de ambas formas, la violenta y la no violenta. Sin embargo, mediante múltiples espacios de reflexión terminé decidiendo la no violencia. Una de las reflexiones que más hondo caló en mi fue la pregunta respecto de uno de los emblemas de la protesta el “perro matapacos”. Me preguntaron ¿no te das cuenta que estás invitando al asesinato? Ahí me di cuenta en el bucle en que estaba metido. Me vi realmente encerrado.
13. Todo esto me llevó a elegir mi opción. Me fue clarísimo, aunque no tan fácil de seguirla.

14. Todo tiene su costo en la vida. Toda decisión es una renuncia. Yo elegí vivir este proceso en primera línea. Cargo con las consecuencias. Las buenas y las malas. Cargo también, con la responsabilidad detrás de la esperanza.

A modo de cierre: afirmo con sinceridad y firmeza que el estallido me cambió la vida.

Muchas gracias.

Sandra Ester Arenas Perez
Facultad de Ciencias Religiosas y Filosofía de la Universidad Católica
de Temuco-Chile

He sido invitada a este webinar para conversar sobre la forma en que he percibido la relación entre religión - teología y política en los procesos que vive la sociedad chilena desde octubre de 2019, especialmente en el proceso constituyente y en las elecciones que llevaron al cambio de gobierno.

El tema es amplio y naturalmente en este espacio no podemos abordar todas sus aristas. Quiero, entonces, ofrecer algunas reflexiones en base a diversas iniciativas que se han gestado, teniendo en cuenta de que se trata de una conversación abierta...

Solemos pensar la política como una actividad exclusiva de los políticos o realizada desde el aparato estatal, pero es también una función propia de la ciudadanía y esta conciencia ha crecido en Chile en las últimas décadas. Los ciudadanos y ciudadanas hacen política siempre que afectan o buscan afectar asuntos de interés público y la toma de decisiones políticas en torno a ellos. Esto no implica tan solo la participación de la ciudadanía en procesos e instancias formales como votaciones; también es política cuando se ejercen presiones desde espacios informales, emitiendo opiniones o realizando actos públicos que buscan influenciar el orden y las normas políticas, sociales y/o económicas. Las manifestaciones públicas de diversos movimientos sociales han

cumplido esta función con acciones que han buscado dar forma a la sociedad y responder a la pregunta de cómo convivir en un contexto de pluralidad y diversidad, y especialmente cómo manejar los desacuerdos y prevenir el conflicto.

En este sentido política y religiones/espiritualidades están estrechamente relacionadas. Por un lado, las religiones/espiritualidades afectan la forma de hacer política de los creyentes, con miras a la construcción de una sociedad en línea con sus cosmovisiones religiosas. Por otro lado, la política siempre se pronuncia sobre lo religioso, decidiendo qué lugar tiene en la sociedad, así como las libertades y derechos de personas, grupos y organizaciones creyentes, entre otros.

El espacio que se desarrolla en el marco del proceso constituyente pretende generar diálogo y reflexión en torno a cómo la realidad espiritual inherente a la existencia humana puede ayudar a todos a participar en la construcción de una sociedad más justa, equitativa y en la cual las religiones y espiritualidades cumplen un rol esencial, facilitando y estimulando cambios en los supuestos que priman en la sociedad.

En Chile, lo religioso aún tiene un lugar en lo público y en lo social. Nace y se posiciona de maneras diversas, en el marco de los procesos políticos del país. Aunque las estadísticas sobre la religiosidad en Chile, le otorgue un lugar creciente a quienes se posicionan con creencias y espiritualidades no institucionales, lo que denota una pluralización del fenómeno de la creencia, esto moviliza y se enmarca dentro de los procesos sociales.

Lo religioso es un elemento que sirve para construir una cosmovisión, hacia lo común (la política), es una manera de construir lo que tenemos en común. En este sentido, en Chile se ha dado un proceso de *conversión* - en el sentido de transformación ética - que hay que cuidar y cultivar. Las *utopías* comenzaron a organizarse y a adquirir gradualmente concreciones esperadas con una *esperanza* contra toda expectativa

Y ese es el elemento ético de la religiones y espiritualidades, tienen como visión promover una ética comunitaria, ciudadana, atendiendo al prójimo. El diálogo interreligioso (más allá de lo institucional) puede ayudar a esto, aprender desde las particularidades a lidiar con la diferencia.

Una de las convicciones que se ha ido instalando es que la realidad hay que estarla ‘costureando’, tejiendo. Esto tiene que ver con re-ligare, cómo religo dice relación también con cómo voy incluyendo. Las religiones y espiritualidades están llamadas a trabajarse y también a pagar sus deudas con su misión que implica *caminar junto a la comunidad humana*. Las religiones y espiritualidades deben formarnos en nuestra identidad, ayudarnos a descubrir y desplegar lo que somos. Propiciar procesos de maduración personal para que las personas se encuentren con ellas y puedan aprender a religar desde ahí. Ayudar a hacer una experiencia mística, esos espacios están

vulnerados y hay que recuperarlos, para recuperar la *sabiduría espiritual*. Hay algo kenótico acá, despojarse para encontrarse con el otro. En este sentido, las religiones y espiritualidades nos tienen que hacer más dialogantes, porque Dios siempre viene al encuentro a través del otro/a.

El actual proceso socio-político en Chile anima y despierta un nuevo ciclo en donde el proyecto feminista, ecosocial e intercultural funda una esperanza en cambios necesarios para favorecer la convivencia.

En torno a las elecciones presidenciales de diciembre de 2021 algunos sectores cristianos reaccionaron para aportar al discernimiento del voto¹. Me parece interesante observar los argumentos en la línea de una teología política: Octubre de 2019 abrió un horizonte que no queremos cerrar, eso huele a Evangelio; emergieron elementos de una Identidad país relacionada con mirarse y acogerse en la pluralidad que somos; Migración / antimigración: racismo; Derechos sexuales/reproductivos; Inclusión de género; Garantizar, proteger el proceso constituyente; Centralidad del Reino de Dios para discernir: ampliar, incluir, garantizar derechos, cuestión medioambiental (creación, como reveladora de Dios, lugar de vida, que merece respeto a diferencia de la mentalidad colonizadora extractivista); Indígenas, mujer, pobre

El horizonte es el Reino de Dios, como tarea liberadora de Jesús y búsqueda del bien común. Parecía central preguntarse ¿Qué Chile queremos habitar? y para responderla había que situarse dentro de las coordenadas de la *esperanza*, que no es una palabra que hable de poder sino de algo que se construye, que se trabaja todos los días y donde cada uno/a es importante para construirla. En este sentido, había que estar abiertos a lo nuevo, más allá de lo que han construido las élites tradicionales del país y de las corrientes proféticas de América Latina que han articulado esperanza de maneras diversas.

Frente a una figura política que podía eventualmente ofrecer mayor seguridad, dentro de un modelo de cristiandad como soporte ideológico para la exclusión; se discernía este momento histórico como un proceso de contestación de ese sistema (miedo vs esperanza), con una concepción de poder más evangélico.

Los elementos fueron compendiados en 18 argumentos para discernir un voto cristiano / discernimiento político a la luz del Evangelio²: La compasión, buscar caminos políticos para la liberación del ser humano; opción preferencial por los más pobres; búsqueda de la paz social; Reconocimiento del otro/a; Pueblo de la memoria; El neoliberalismo atenta contra Dios; Respeto

¹ Conversatorios: por ejemplo “Coordinadora Paz de Justicia” (3.12.2021) que vinculó miradas teológicas, feministas, ecuménicas, territoriales, diversidad sexual

² Colectivo Teológico 14M, diciembre de 2021.

a la dignidad de todo lo viviente; El cristianismo es un proyecto, un camino, ofrece un horizonte de sentido; El cristianismo sabe de reconciliación, de perdón, de misericordia; No a los falsos mesianismos, caudillismos; Lucha por la justicia; Hospitalidad, desapego y solidaridad; Generar un ‘nosotros’; No al menosprecio y la marginación; DDHH; Libertades ciudadanas y diversidad de formas de habitar

El libro “Tejiendo nuevas esperanzas: un ejercicio de teología política en torno al Chile actual”, ofrece una compilación de artículos de Pedro Pablo Achondo y Juan Ignacio Latorre³. El conjunto de ensayos es producto de dos años de trabajo y discusión entre ambos autores sobre enfoques teológico-políticos en un país que actualmente cruza simultáneamente diversas crisis (económica, política, ambiental, sanitaria y social). La teología política que se articula en este libro se aleja de los discursos moralizantes, autoritarios y totalizadores que irritan a la conciencia de creyentes y no creyentes, para sumar una perspectiva particular al coro diverso y plural que constituye a Chile. Los autores nos ofrecen una perspectiva teológica y política del presente que se articula bajo la esperanza de la llegada inminente de un “cielo nuevo y una tierra nueva.” (Ap 21, 1). En vistas de la constante llegada del Reino de Dios, en el que los que lloran son consolados, los que tienen hambre y sed de justicia son saciados, los que luchan por la paz son reconocidos como dignos hijos de Dios, y los que son perseguidos a causa del bien heredan la tierra (Mt 5, 3 – 12). Cada artículo de esta compilación es una invitación que brota de una esperanza escatológica que esta en el corazón del cristianismo y que nos hace intuir y afirmar que no es la muerte la que tiene la última palabra, sino la vida abundante (Jn 10, 10) ofrecida gratuitamente a todos.

Y en paralelo continua el proceso de construcción de una nueva constitución para Chile, lo que ha generado espacios de conversación en distintos niveles y sobre las más diversas materias, también en el campo religioso.

- Seminario del Centro UC de Estudios de la Religión “El lugar de la religión en la nueva constitución”, de mayo de 2021

- “Glosario sobre religión y política” de la Organización Otros Cruces, de agosto de 2021

- Doctrina social de la iglesia en el Chile de hoy “Nueva Constitución y libertad religiosa”, de octubre de 2021

- Doctrina social de la iglesia en el Chile de hoy “Religión y constitución” del Arzobispado de Santiago, diciembre de 2021

³ El lanzamiento de esta publicación digital Universidad Academia de Humanismo Cristiano tendrá lugar este lunes 29 de marzo de 2021

- “Creencias y nueva Constitución (Perspectivas y propuestas)” del Foro Constitucional UC, de enero de 2022

- El rol de la religión en el cambio social, organizado por la Comunidad Baha’i con la Oficina de Asuntos Religiosos, de marzo de 2022

La conversación sigue su curso, dentro de ella se han ensayado diversas clases de interpretaciones sobre lo que el proceso constituyente traerá en torno a las materias de Iglesia-Estado (jurisdicciones distintas en sus ámbitos de competencias) y Religión-Política (dimensiones enteras de la vida humana). Lo primero que ha quedado en evidencia es que son dos relaciones que hay que distinguir. Una segunda convicción es que en Chile no tenemos un panorama de animadversión hacia las religiones o espiritualidades, como una fuerza social significativa; hay más bien incompreensión en algunos círculos. Un tercer elemento que aparece en estas conversaciones es la pregunta – desde espacios confesionales – de hacia qué tipo de Estado debiese transitar Chile. Aunque hay diversas de voces, es esperable que se avance hacia un Estado con laicidad efectiva, inclusiva, una laicidad no excluyente, neutral pero no indiferente. Porque la privatización de la religión/espiritualidades en Chile sería un retroceso. Hay que atender al valor de la religión en la sociedad. Se subraya que cuando hablamos de religión o creencias (no creencias), éstas contribuyen a plantearse el sentido de la vida, su entorno, se trata de la dimensión espiritual de la persona en sociedad (formación de la persona, culturas); es parte de la condición humana. Y en este sentido, como cuarto punto, aparece que la nueva constitución debiese garantizar la libertad religiosa y el culto privado y público.

La Nueva Constitución seguramente incorporará como titulares las palabras: Estado social, democrático, plurinacional, laico... lo importante está más allá de esos apellidos, sino los efectos que la propia constitución tenga después y la legislación, se necesitarán bajadas. Derivar de ese reconocimiento las mejores consecuencias

La teología ha sido un aliciente para hablar de todo tipo de vulnerabilidades que requieren de un posicionamiento de dignidad en el actual debate país: migrantes, personas en situación de discapacidad, mujeres, indígenas, comunidad LGBTIQ+, vendedores ambulantes, campesinos, pescadores, campamentos, etc. Se cruza entonces la apertura de la construcción teológica con el accionar político, dado que la primera se alimenta de la segunda para construir humanidad. Sin una reflexión política, una teología sólo de escritorio quedaría lejos de la gente y de su realidad económica y social. Por eso es importante recordar que la realidad (donde Dios se hace presente) está siempre tejiéndose y por ello será siempre necesario co-construir una teología desde los rincones, desde los márgenes. Esta *praxis* teológica surge desde la aspiración democrática a vivir

con libertad en una nación plural, allí donde la pobreza sea la primera urgencia de un mandatario y demás autoridades, de las religiones y de la teología. La teología estará siempre llamada a procurar el bien común de la sociedad. Y así enseñar a hacer teología implica un esfuerzo no de hablar sobre Dios sino aprender a discernir la historia y sus contextos a la luz de nuestras imágenes sobre su misterio y generar las herramientas necesarias para abrir las infinitas lecturas posibles de la Escritura y de la Tradición. Sin objetivar la fe, sino enriqueciendo nuestra experiencia del creer a la luz del conocimiento de las dimensiones relacionales, corporales, sociales, políticas, culturales y místicas que la experiencia creyente incoa.

Se trata de una conversación pública en la que se han involucrado colectivos, fundaciones, diócesis, universidades; conversación que sigue abierta...

Paulo Fernando Carneiro de Andrade...

...Possui graduação em Engenharia Mecânica Ênfase Nuclear pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981) e doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1989). É professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em regime de tempo integral. Entre outras funções exercidas em entidades científicas foi Presidente da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), membro do conselho diretor da rede Globethics e vice-presidente do International Network of Societies for Catholic Theology (INSeCT). Tem pesquisado na área de Teologia, com ênfase em Teologia Sistemática e Moral Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Teologia da Libertação, Fé e Política, Doutrina Social da Igreja, e Ética Social Cristã.

Martín Raúl Aguilera Valdés...

...Hijo de Ricardo Aguilera y María Soledad Valdés, nació en Santiago el 23 de enero de 1998. Hermano de tres: Emilio, Macarena y Joaquín. Feliz tío de una sobrina, Martina.

A sus 4 años, sus padres deciden trasladarse a vivir a Puerto Varas, debido a complicaciones económicas. Estudió toda su enseñanza escolar (de 5 a 18 años) en el Colegio San Francisco Javier de Puerto Montt. Participa en la parroquia Sagrado Corazón de Puerto Varas desde temprana edad. Luego, a los 15 años, ingresa a las comunidades de vida cristiana, donde se desarrolla en el coro y con fervor en los distintos voluntariados. A los 18 años, se traslada a Santiago para continuar con sus estudios universitarios en kinesiología. Pero, luego de un año, decide cambiarse al estudio de la Teología.

Fueron 5 años de Teología en la PUC de Santiago. En estos, fue voluntario de la Pastoral UC, de múltiples iniciativas sociales, participó en política estudiantil, en comunidades de base y continuó su vida en comunidad. Todo, hasta la del 19 Octubre del 2019, cuando comienzan las manifestaciones del estallido social a pasos de su casa.

Actualmente, Martín terminó sus estudios de pregrado y está preparándose para comenzar un MA en Teología en Boston College. Busca dedicarse a la academia teológica, en el área de teología fundamental. Se proyecta en docencia e investigación.

Sigue soñando con un Chile más justo, un mundo mejor.

Sandra Ester Arenas Perez...

...Doctora en Teología Sistemática por la Universidad Católica de Lovaina-Bélgica (KU Leuven, 2013). Decana de la Facultad de Ciencias Religiosas y Filosofía de la Universidad Católica de Temuco-Chile (2020-). Profesora de Teología Sistemática en la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica de Chile (2013-2020). Sus áreas de especialidad: Eclesiología, teología e historia del Concilio Vaticano II, teología ecuménica. Sus líneas de Investigación se han concentrado especialmente en materias de eclesiología conciliar y fronteras eclesiales; en el análisis de las relaciones inter-cristianas durante y después del Vaticano II en América Latina y El Caribe y, en la indagación con recurso a fuentes inéditas, de la contribución de Chile al Concilio Vaticano II. Ha publicado una serie de libros y artículos académicos en eclesiología y eclesiología ecuménica conciliar, además de estudios sobre la contribución de Chile al Concilio Vaticano II.

Luke Bretherton is Robert E. Cushman...

... Distinguished Professor of Moral and Political Theology and senior fellow of the Kenan Institute for Ethics at Duke University. Before joining the Duke faculty in 2012, he was reader in Theology & Politics and convener of the Faith & Public Policy Forum at King's College London. His latest book is *Christ and the Common Life: Political Theology and the Case for Democracy* (Eerdmans, 2019). His other books include *Resurrecting Democracy: Faith, Citizenship and the Politics of a Common Life* (Cambridge University Press, 2015), which was based on a four-year ethnographic study of broad-based community organizing initiatives in London and elsewhere; *Christianity & Contemporary Politics: The Conditions and Possibilities of Faithful Witness* (Wiley-Blackwell, 2010), winner of the 2013 Michael Ramsey Prize for Theological Writing; and *Hospitality as Holiness: Christian Witness Amid Moral Diversity* (Routledge, 2006), which develops constructive, theological responses to pluralism in dialogue with broader debates in moral philosophy. Specific issues addressed in his work include euthanasia and hospice care, debt and usury, fair trade, environmental justice, racism, humanitarianism, the treatment of refugees, interfaith relations, secularism, nationalism, church-state relations, and the church's involvement in social welfare provision and social movements. Alongside his scholarly work, he writes in the media (including *The Guardian*, *The Times* and *The Washington Post*) on topics related to religion and politics, has worked with a variety of faith-based NGOs, mission agencies, and churches around the world, and has been actively involved over many years in forms of grassroots democratic politics, both in the UK and the US. His primary areas of research, supervision, and teaching are Christian ethics, political theology, the intellectual and social history of Christian moral and political thought, the relationship between Christianity and capitalism, missiology, interfaith relations, and practices of social, political, and economic witness. He has received a number of grants and awards, including a Henry Luce III Fellowship (2017-18).



Red
Ecclesia
in America